

AFROS & AMAZÔNICOS



A GUERRA DO LESTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: CIDADANIA, COLTAN E GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

The War in the Eastern Democratic Republic of Congo: Citizenship, Coltan, and the Geopolitics of the Great Lakes Region

*Ivaldo Marciano de França Lima**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a guerra da região leste da República Democrática do Congo (RDC), e de como seus primórdios estão associados aos eventos ocorridos no conturbado contexto do Ruanda, notadamente entre os anos de 1959 a 1994. Refugiados identificados como tutsis, em fuga do Ruanda a partir da revolução hutu de 1959, se estabeleceram em diversas regiões vizinhas, sobretudo no leste congolês, e neste espaço irão se somar aos que lá estavam, e que descendiam de pessoas que chegaram a estas terras em períodos anteriores aos anos 1880. Estas pessoas constituem o que na RDC se nomeiam por “Banyamulenges”. Após a tomada do poder no Ruanda, pelas tropas da Frente Patriótica Ruandesa, o movimento de refugiados passou a ser feito por hutus, alguns dos ligados ao antigo governo ruandês, suscitando velhas rivalidades. Além disso, as descobertas de jazidas de Coltan e seus usos crescentes por parte das indústrias de chips, telefones celulares, notebooks e demais aparatos tecnológicos constituem parte deste complexo contexto. Neste sentido, a guerra tem como componentes a disputa pelo controle das minas de Coltan e as correntes migratórias do Ruanda, decorrentes dos contextos políticos da segunda metade do século XX. Este artigo tem como aporte metodológico a revisão bibliográfica específica, conjugada com a análise de conteúdos dispostos em sites e análise documental.

Palavras chave: República Democrática do Congo; Ruanda; Movimento 23 de Março; Coltan; Kivu do Norte.

Introdução

Os últimos episódios noticiados na grande mídia a respeito dos conflitos bélicos que ocorrem na parte leste da República Democrática do Congo (doravante RDC) trazem consigo aspectos de grande complexidade, além dos costumeiros vieses que costumam desinformar e/ou confundir o receptor. Sim, prezado leitor, há neste momento um conflito de grandes proporções acontecendo na parte leste da RDC, sobretudo em Kivu do Norte, e que teve como ápice a tomada de Goma, por parte do Movimento 23 de Março (M23). Além de Goma, capital da província de Kivu

do Norte, o conflito se alastrou para outras províncias, na medida em que o M23 se assenhoreou de Bukavu, capital de Kivu do Sul. Este conflito tem seus primórdios em eventos ocorridos ainda nos anos 1990, e sendo mais preciso, remeteremos estes momentos iniciais para o período compreendido entre os anos de 1959 a 1962.

Este conflito, ou guerra, tem como principais protagonistas as tropas das Forças Armadas do Congo (FARDC), que conta com o apoio das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR), além de outros agrupamentos armados que servem aos diversos senhores da guerra locais, envolvidos nos contextos do comércio ilícito do Coltan. Esta aliança entre o exército congolês com a FDLR tem como principal objetivo combater o Movimento 23 de Março (M23), grupo formado por pessoas que descendem dos outrora refugiados do Ruanda, e que são conhecidos neste país pelo termo “tutsi”, e em solo

* Prof. Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB DEDC II – Alagoinhas), membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África (UNEB DEDC XV/Valença) e do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UNEB/UFBA/IFBA). Líder do Grupo de Pesquisa África do Século XX – História da África Contemporânea, e editor das revistas Cadernos de África Contemporânea e África(s).



congolês são nomeados por “*banyamulenges*”. Ressalte-se que a imensa maioria das agências que deram notícias sobre estes conflitos, indicaram que se tratava de uma invasão do Ruanda em território da RDC, ou, de que o país liderado por Paul Kagamé estava financiando soldados com o claro objetivo de controlar as minas de Coltan existentes nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul.

No entanto, prezado leitor, esta é uma guerra de grande complexidade e os atores envolvidos também possuem histórias de difícil entendimento, mas se levarmos em conta os discursos dos soldados que integram o M23, bem como a história do grupo em questão, logo concluiremos que seus participantes não são ruandeses, mas *tutsis* nascidos em solo congolês, ou seja, *banyamulenges*, e com direitos e pautas legítimas, ainda que estejam em contexto de descrédito perante inúmeros setores da sociedade congoleza contemporânea (NTANYOMA, 2025).¹ E aqui fica a questão sobre os eventos em torno do leste da RDC: quanta confusão! Bem, vamos tentar desvendar alguns destes muitos pontos para termos melhor compreensão deste (não tão) novo episódio, que traz em seu cerne não apenas a guerra civil ruandesa, que teve seu ápice no evento de 1994, como também os desdobramentos posteriores, no caso, a articulação para a derrubada do então presidente da RDC, Mobutu Sese Seko, sob o contexto da 1ª Guerra do Congo, ocorrida entre outubro de 1996 a maio de 1997, e a 2ª Guerra do Congo, que aconteceu entre agosto de 1998 a 18 de julho de 2003 (SILVA, 2012; SILVA; DIALLO, 2013; VALENZOLA, 2015).

A guerra que ocorre no momento em que redijo estas linhas, no ano de 2025,

1. Sobre os *banyamulenges*, ver: <https://www.bbc.com/news/articles/c9d5zqg3228o>, acessado em 29 de janeiro de 2025; <https://en.wikipedia.org/wiki/Banyamulenge>, acessado em 30 de janeiro de 2025; <https://www.tandfonline.com>, acessado em 30 de janeiro de 2025; <https://www.kuno-platform.nl>, acessado em 01 de fevereiro de 2025; <https://www.ushmm.org/genocide-prevention/blog/democratic-republic-of-congo-rising-concern-banyamulenge>, acessado em 01 de fevereiro de 2025.

nas duas províncias do leste da RDC, em regiões fronteiriças com Ruanda, Burundi e Uganda, no coração da região dos Grandes Lagos Africanos, possui contextos de extrema complexidade e uma urdidura tecida pela história, com atores e forças diversas envolvidas, algumas das quais externas ao continente africano, como era de se esperar. Contudo, se as forças externas existem, não se pode afirmar que são elas as grandes protagonistas, ao meu ver, pois, as armas que são disparadas têm mãos dirigidas por cérebros e estes, dispostos em corpos semelhantes aos nossos, possuem escolhas e estão imersos em contextos complexos, povoados por discursos movidos por interesses múltiplos. Não há ingenuidade ou sentimentos “tribais” nos soldados dos exércitos e grupos armados envolvidos neste conflito, tampouco “lados” que correspondam ao bem ou mal. Aqui temos, dileto leitor, a face de uma guerra em que as grandes vítimas são os homens e mulheres que tentam viver suas vidas em uma cidade como outra qualquer.

Parte do cenário do conflito: Kivu do Norte e Goma

Goma não é uma cidade repleta de palhoças, com carroças movidas por tração animal e outros cenários típicos das representações que dão conta de uma África selvagem, e que vive imersa em guerras de toda a ordem por conta das “tribos” que brigam umas com as outras em decorrência das suas diferenças “pautadas em seus sinais diacríticos”², a exemplo de tatuagens, penachos, brincos ou tipos de roupas. Goma, assim como outras cidades do entorno, possui comércio pujante e tudo o que se espera de um aglomerado urbano semelhante ao que vive grande parte dos habitantes das cidades brasileiras e demais países do mundo afora.

2. O conceito de sinal diacrítico (sinais diacríticos, no plural) remete à ideia de símbolos que marcam a diferença entre os grupos ou povos. Podem ser físicos, a exemplo de um tipo de roupa, adorno, brinco, colar, ou marcas no corpo, no caso, uma tatuagem, um corte no corpo, dentre outros.



Em termos populacionais, Goma possui números controversos. Há sites que indicam que sua população se traduz em números próximos ou superior a dois milhões de habitantes, ao passo que outros sugerem quantidades menores, o que não diminui a importância da cidade em termos populacionais.³ Aliás, Goma possui hotéis de luxo, por sua localização às margens do lago Kivu, e está conurbada com Gisenyi, cidade que pertence ao Ruanda.⁴ Goma possui um aeroporto com capacidade para receber voos internacionais, e dispõe de razoável infraestrutura urbana, o que lhe torna objeto de cobiça dos diversos grupos armados que atuam nas províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Sua população, diga-se de passagem, se for de fato correspondente ao que informa alguns dos sites pesquisados, é muito maior do que grande parte das capitais dos estados nordestinos, ficando atrás apenas de Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

Goma e as cidades de seu entorno reflete o cenário de um solo extremamente rico em minerais, dos quais o mais cobiçado e disputado é o Coltan. Este minério, extremamente raro por sua composição natural envolvendo a Columbita e o Tântalo, é o principal componente na fabricação de chips (usados em aparelhos celulares), notebooks, tablets e satélites, além dos próprios smartphones. O Coltan, portanto, é o principal objeto da cobiça das empre-

3. Sobre a população de Goma, os sites indicam números bem discrepantes. Ver: Neste site há a indicação de que Goma possui apenas duzentos e cinquenta mil habitantes: <https://pt.wikipedia.org>, acessado em 28/02/2025. Neste outro site, os números crescem para três milhões de habitantes: <https://www.aa.com.tr>, acessado em 28/02/2025. Neste outro site, Goma é indicada como tendo dois milhões de habitantes: <https://theconversation.com>, acessado em 28/02/2025.

4. Em Goma há vários hotéis com anúncios de preços variados. Por sua condição de estar situada às margens do Lago Kivu, seu potencial turístico é ainda maior. Existem vários sites informando sobre hotéis de diversos tipos e modalidades em Goma. Aqui temos um dos efeitos do Coltan, além das belezas naturais da região. Dentre outros hotéis, podemos conferir alguns destes: Goma Serena Hotel, Jerryson Hotel, Benediction Hotel, Gorillas Lake Kivu Hotel, Lake Kivu Serena, Hôtel Cap Kivu e Ihusi Hotel Goma.

sas que fabricam celulares e demais aparelhos tecnológicos. Pode-se aqui afirmar, portanto, que sem Coltan não há celulares modernos com a capacidade de transmissão de dados que possuem atualmente.

Ainda que alguns estudos afirmem que os recursos de Coltan da RDC representam mais de 60% do total mundial, explorações geológicas estimaram esses recursos em 55 milhões de libras, o que se traduz, na realidade, em 8% de todos os recursos globais (USANOV et al., 2013a). Os grandes trunfos do Coltan congolês são sua facilidade de exploração, pois ele está presente em depósitos aluviais ou de rocha mole, a adequação desses depósitos à prática da mineração artesanal e seu alto teor de tântalo. Aqui é importante ressaltar que o valor comercial do Coltan é determinado principalmente pelo seu teor de tântalo (USANOV et al., 2013b).

Em outras palavras, não temos aqui uma guerra tribal ou étnica, ainda que parte dos discursos utilizados por seus atores resida nos pertencimentos a este ou aquele grupo, o que não significa dizer que a questão principal que motiva as disputas por território seja a diferença da língua ou das práticas e costumes entre os envolvidos nos conflitos. Considerando a informação trazida à tona por parte das agências de notícias de que os conflitos existentes no leste da RDC são motivados por razões étnicas ou “tribais”, resta-me indicar ao leitor que esta questão é talvez a que menos importe para os que apertam os gatilhos e lançam as granadas desferidas por ambos os lados nesta questão. Além disso, importa indicar que o conceito de “étnico” está muito longe de explicar as razões que separam *tutsis* e *hutus* de cada lado, bem como destes em relação às Forças Armadas Congolesas (CHRÉTIEN, 2014; VIDAL, 2014).⁵

5. Os canais indicados, cada um ao seu modo, trazem consigo informações que não foram checadas, pautadas em perspectivas “ideológicas”. Em todos os conteúdos há a indicação de que “tutsis” e “hutus” constituem grupos étnicos ou povos. Há também outras afirmações destituídas de substâncias. Ver: Por que Ruanda invadiu



A África sobre a qual discutimos: um continente complexo e que destoa das representações predominantes na sociedade brasileira

Ruanda é talvez um dos países que melhor definem o continente africano, por sua complexidade e extremos contextos de sua história recente, pautada em violências de toda a ordem (HATZFELD, 2005; GOUREVITCH, 2006; MEDINA, 2014). Não que o continente africano seja sinônimo de violências ou desordens, mas por seus aspectos complexos, que impedem definições e/ou representações simplórias para o continente africano. Ao contrário do que indica as principais representações sobre África em nosso país, na qual lhe são atribuídos contornos de “lugar” ou “país”, e que seus habitantes se reconhecem pela cor da pele, praticam o candomblé e falam uma só língua, estamos diante de um continente com complexas tessituras e perspectivas plurais (LIMA, 2018).

Aliás, a depender da circunstância, teremos em cena, conforme as representações predominantes na sociedade brasileira, ou o “continente africano habitado por homens e mulheres que se reconhecem como negros”, e que tomam para si as características acima indicadas, traduzindo-se no que Appiah (2007) definiu como a

o Congo? https://youtu.be/24cWBCgV30k?si=cw4dmb_VEHXA8HBp, acessado em 24/02/2025. Aqui é perceptível, pelo título do conteúdo, perceber que o youtuber em questão não se deu ao luxo de fazer uma pesquisa aprofundada sobre o fenômeno que ocorre no leste da RDC. O canal Parabólica postou o vídeo intitulado “O que está acontecendo na República Democrática do Congo” <https://youtu.be/FoEGP6-cf3g?si=qbltefIJ3uajGceu>, acessado em 22/02/2025. Neste vídeo há informações que destoam do que está a ocorrer no leste da RDC, além do apresentador retroalimentar a ideia de que tutsis e hutus constituem grupos étnicos ou povos distintos. O Canal Opera Mundi veiculou uma espécie de debate ao vivo, com alguns interlocutores que demonstraram pouco conhecimento sobre o evento ocorrido na região leste da RDC. O título do conteúdo já traz consigo os vieses: “Congo: 7 mil mortes nas mãos de milícia patrocinada por Ruanda – Programa Outubro”, https://www.youtube.com/live/RQxqRULZ_7c?si=lkhSh4V3yrZ20BNO, acessado em 02/03/2025. Como se pode observar no título do conteúdo, o Movimento 23 de Março é transformado em grupo financiado por Ruanda, algo que simplifica enormemente o contexto da luta dos tutsis congolezes.

invenção da “África dos negros”, ou a representação em que prevalece a ideia de “lugar atrasado, selvagem, com grandes florestas e inúmeros animais selvagens”, que vivem lado a lado com homens e mulheres destituídos de cultura, civilização e história. Esta última representação é a da África selvagem, e que em certa medida corresponde ao ápice dos discursos que sobre o continente africano foram enunciados ao longo do contexto dos séculos XV ao XIX, sendo este último o ápice deste processo, que teve como evento maior o colonialismo e as invasões perpetradas após a realização da Conferência de Berlim, ocorrida entre os anos de 1883 e 1884 (MACKENZIE, 1994; BRUNSWCHWIG, 2006; M'BOKOLO, 2011).

As duas Áfricas acima indicadas, e que integram o grosso das representações predominantes na sociedade brasileira, não constituem versões excludentes e cada uma delas possui variações, dando conta de que o continente africano é objeto de forte influência do que Zamparoni nomeou por “Mama África” (1995; 2007), e que, em certa medida, nos distancia do conhecimento mais próximo possível das feições existentes em África. Ainda sobre o contexto das duas invenções de África, Mudimbe (2013 a; 2013 b) entabula excelente discussão sobre a questão, apontando para o que definiu por “Biblioteca Colonial”, e que pode nos ajudar a compreender os motivos que jogam o continente para os contornos do exotismo e/ou extemporaneidade. Este processo, diga-se de passagem, é coetâneo ao que Ki-Zerbo (2009) definiu por “Roedura”, metáfora utilizada por este historiador para definir o tempo histórico em que os estrangeiros se dirigiram para as costas de África, objetivando dispor de acesso ao comércio e outras riquezas dos países então existentes no continente.⁶ Foi neste longo processo que os estrangeiros, no caso, “europeus” (sobretudo da parte oeste) passaram da

6. Sobre a metáfora da “roedura”, ver também Hernandez (2005, p. 45-69).



condição de comerciantes situados em feitorias no litoral, devidamente autorizados pelos soberanos dos países então existentes em África, para a de colonizadores, no período compreendido entre os séculos XV aos anos 1880. Via de regra, portanto, não há como retroalimentar representações simplórias, e que retiram o protagonismo dos homens e mulheres de África. Estes, conforme Mbembe (2001), são também responsáveis pelos holocaustos que se abateram sobre suas vidas.

Compreender as inúmeras relações e contextos em que África esteve (e está) imersa é, portanto, parte dos mecanismos que ajudam a explicar nosso (des)conhecimento sobre as inúmeras complexidades existentes no continente africano.

A guerra civil ruandesa e os liames com os atuais conflitos no leste da RDC

O contexto ruandês é de fundamental importância para compreender o que ocorre atualmente na parte leste da RDC. Sobre a sociedade ruandesa, sabe-se que até a chegada dos primeiros alemães nos anos 1880 os *banyarwandas* viviam em unidades político-centralizadas, com fronteiras próximas ao que hoje é compreendido por Ruanda e Burundi. Os *banyarwandas* eram divididos em hierarquias nomeadas por “*tutsis*”, que correspondiam aos criadores de gado (e em certa medida a parte mais abastada destas sociedades); “*hutus*”, os que plantavam, responsáveis pelo cultivo da terra, e “*twás*”, considerados como os remanescentes dos originais habitantes da região em questão. Conforme tradições orais recolhidas por Vansina (1985), esta sociedade vivia em relativa harmonia, o que não significa afirmar que inexistissem conflitos, pois, ao que parece, as categorias acima indicadas referem-se a posições sociais, diferente da razoável fortuna crítica existente sobre o tema, de que “*tutsis*”, “*hutus*” e “*twás*” constituem termos referentes a povos ou grupos étnicos distintos.

Neste sentido, a sociedade *banyarwanda* possuía diferenças, mas estas não eram movidas por fronteiras intransponíveis, e mais uma vez, conforme Vansina (1966; 2012), as relações de pertencimento aos grupos acima indicados, longe de constituírem algo estático, sugeriam haver trânsitos, ainda que estes não fossem comuns no cotidiano. Em outras palavras, um *tutsi* poderia se tornar *hutu*, e este, por sua vez, ascender à condição daquele. É importante salientar que a região dos Grandes Lagos, espaço em que estão situados os países e povos a que nos referimos neste artigo, foi objeto de pesquisas a respeito do seu povoamento e das dinâmicas alusivas aos movimentos migratórios, constituição das línguas, práticas alusivas ao domínio da forja, dentre outros aspectos.

Em relação ao povoamento da parte central do que hoje nomeamos por África, notadamente da região dos Grandes Lagos, há que se considerar os aspectos alusivos aos trânsitos e trocas dos povos que viveram e habitaram esta região (NOTEN; COHEN; MARET, 2010). Em relação as línguas classificadas como banto, e o contexto do povoamento desta região, o trabalho de Lwanga-Lunyiigo (FASI; HRBEK, 2010) é digno de nota, por sua robustez e refinamento teórico. No que tange ao entendimento de como se constituíram as unidades político centralizadas do que é hoje Ruanda, o trabalho de Ogot (2010) é fundamental, sobretudo pelo uso do conceito de “complexo civilizatório”, (ou mesmo, complexo do Ruanda) indicando as dificuldades e especificidades para compreender as minudências dispostas na história desta região. As unidades político-centralizadas e seus soberanos, no que tange aos movimentos, são resultantes de dinâmicas e disputas decorrentes das composições entre práticas, costumes, língua e relações com o meio físico.

Ao que parece, conforme Mandani (2002), a história vivida pelos *banyarwandas* no período compreendido entre os anos 1880 até o tempo presente, propiciou



a construção de identidades que se transformaram de algo dotado de caráter transitório em condição permanente. Em outras palavras, as imbricações da história corroboraram para a essencialização de categorias que não correspondiam a identidades étnicas. *Tutsis*, *hutus* e *twás* eram termos alusivos às categorias sociais, mas que foram objeto de ressignificações e transformados em identidades políticas (MANDANI, 2002). Esta história acima referida, que permitiu a ressignificação de categorias sociais em identidades políticas, tem seu início na chegada dos alemães ao território dos *banyarwandas*, e na utilização deste aporte em mecanismo para a manutenção do sistema colonial, no qual os criadores de gado, *tutsis*, foram alçados para a condição de administradores coloniais, tendo como discursos auxiliares a compreensão de que eles, os *tutsis*, eram mais próximos da raça branca do que os *hutus*:

(...) Quando da partilha da África, no final do século XIX, a chamada “ciência das raças” encontrava-se em voga na Europa e, no caso dos estudos sobre os povos da África Central, prevalecia a hipótese hamítica, proposta pelo explorador inglês, John Hanning Speke, em 1863. Segundo esta teoria, a civilização teria sido introduzida na região por um povo caucasóide mais alto, de origem etíope, descendente do Rei Davi e, portanto, superior aos negros nativos. Para Speke, essa “raça” seria de cristãos perdidos, o que permitia supor que deveriam receber educação britânica e tornarem-se superiores em tudo, exatamente como os ingleses (...) Assim, em 1894, o Conde von Götzen se tornaria o primeiro homem branco a visitar Ruanda e sua corte, onde, em 1897, instalou os primeiros postos administrativos e impôs o governo indireto. Porém, em 1895, havia falecido o *mwami* Rwabugiri, desencadeando-se violenta luta pela sucessão entre os *tutsis*. Em consequência, os líderes dos clãs mais fracos passaram a colaborar com os chefes alemães, que concederam a membros da elite *tutsi* proteção e liberdade, o que lhes permitiu consolidar a posse sobre terras e submeter os *hutus* (MENDONÇA, 2013, p. 306).

Desde então, os alemães transformaram os *tutsis* em seus aliados, e é este episódio que nos ajuda a compreender o

início dos ressentimentos que se aprofundaram ao longo do tempo. Com a derrota dos alemães na 1ª Guerra Mundial, estes foram substituídos pelos belgas, que por sua vez mantiveram a aliança com os *tutsis* em relação a administração colonial. Os belgas, assim como os alemães, possuíam “crença” na ideia de raça, de maneira que aprimoraram o uso de tal conceito na sociedade *banyarwanda*, a ponto de nos anos em que estiveram na condição de colonizadores, terem feito uso de carteirinhas para identificar e distinguir *tutsis* de *hutus* e *twás*:

Depois da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações transferiu a administração de Ruanda e do Burundi para a Bélgica, que passou a basear sua política colonial na suposta divisão étnica entre *hutus* e *tutsis*, usando o pretexto do mito hamítico para dividir os ruandeses. O governo belga chegou mesmo a enviar cientistas para tirarem as medidas da população, os quais concluíram que os *tutsis* teriam uma compleição física naturalmente aristocrática. Daí à reorganização da sociedade em função de supostas linhas étnicas foi um passo, para o quê os belgas contaram com o apoio da Igreja Católica (MENDONÇA, 2013, p. 306 – 307).

Com a descolonização e independências dos países africanos no processo posterior a 2ª Guerra Mundial, ocorreram os eventos que estão diretamente ligados aos atuais processos da parte leste da RDC. Em 1959 teve início a revolução *hutu*, evento diretamente ligado com o Manifesto *Hutu* que foi divulgado em 1957 (SANTOS, 2014; FONSECA, 2016). O processo em questão, finalizado em 1961, culminou com atos de violência perpetrados pelos *hutus* contra os *tutsis*, tendo seu desfecho na proclamação da independência do país, e na consagração de Grégoire Kayibanda como primeiro presidente do Ruanda. Em meio à violência e medo, devidamente descritos nos romances de Mukassonga (2017a; 2017b; 2018), Ruanda se constituiu em espaço privilegiado de assassinatos, perseguições e repressões àqueles que outrora representavam o poder colonial. Logo, no período entre 1959 a 1961, cerca de qui-



nhentos mil homens e mulheres *tutsis* fugiram para Uganda, RDC (à época, Zaire) e Burundi, objetivando salvar suas vidas dos inúmeros massacres e assassinatos em massa perpetrados pelos *hutus*, que agora exerciam o poder (PÉRIES; SERVENAY, 2007). São estes acontecimentos que explicam os motivos da existência da grande quantidade de *tutsis* nascidos no que é hoje RDC, especialmente no Kivu do Norte e Kivu do Sul (OLIVEIRA, 2005, especialmente p. 56-66).

Para tornar ainda mais complexo o contexto em questão, qual seja, da presença tutsi em solo congolês, faz-se necessário levar em conta duas questões. A primeira, que é objeto de discussão por razoável fortuna crítica há mais ou menos cinquenta anos, indica que os *tutsis* se encontram presentes no leste da RDC em períodos anteriores a realização da Conferência de Berlim (VERWIJEN et al., 2021). A segunda questão tem como ponto fulcral o fato de que a chamada “questão *Banyamulenge*” aparece ainda no contexto do que se nomeava por Congo Belga, entre os anos de 1908 a 1960. No processo de consolidação da colonização belga, estes organizam a administração por meio do estabelecimento de chefias, mas este cargo não foi concedido aos *Banyamulenges*, pois estes eram definidos como grupo extremamente difícil de ser submetido e governado (VERWIJEN et al., 2021). Ao que parece, os belgas receavam de que os *Banyamulenges* se constituíssem em exemplo para que os demais povos que habitavam o Congo evitassem a submissão à administração colonial. De tal maneira, os *banyamulenges*, ou *tutsis* congolezes, foram excluídos de terem participação na administração colonial, assim como de terem suas próprias terras, uma vez que, conforme as leis congolezas, apenas os homens e mulheres pertencentes aos grupos dotados da posse de terras (as chamadas terras ancestrais) seriam considerados congolezas autênticos e genuínos (VERWIJEN et al., 2021).

Passados mais de três décadas nesta situação, contudo, os *tutsis* que fugiram dos contextos marcados pelo processo de independência do Ruanda, irão enfrentar novas dificuldades em suas vidas. A luta armada perpetrada pela Frente Patriótica Ruandesa, iniciada em 1990, colocou em polvorosa uma sociedade que já vivia o caos em relação aos discursos e representações do outro como potencial assassino, movido por vingança fortemente incentivada pelos integrantes do Poder *Hutu*, especialmente os milicianos dispostos nos grupos *Interahamwe* (a ala jovem do Movimento Nacional Revolucionário para o Desenvolvimento – MRND), que juntamente com o exército ruandês estavam se preparando (e sendo preparados) para a solução final em relação aos *tutsis* que restaram na sociedade ruandesa.

Com o avanço das tropas da FPR, o governo de Habyarimana foi obrigado a negociar, uma vez que ambos os lados não conseguiam avanços significativos, ainda que o governo ruandês contasse com apoio francês. Foram estas exigências de integrar a FPR ao governo, e de incorporar seus quadros ao governo, que fez com que o grupo identificado com o Poder *Hutu*, especialmente a família de Agathe Kanzinga, agisse no sentido de recrudescer o ódio e difundi-lo junto com o terror numa sociedade já marcada pelo ressentimento. O medo de uma iminente invasão *tutsi*, e as exigências de incorporar membros da FPR ao governo constituíram as principais motivações para que a oligarquia Akazu agisse no sentido de que o MRND e as Forças Armadas Ruandesas movessem esforços para difundir o plano de eliminar as baratas, termo pelo qual os *tutsis* eram chamados pelos agentes deste grupo:

(...) entre a ofensiva de novembro de 1990 e a carnificina de abril de 1994, passaram-se três anos e meio. Uma violenta discussão irrompe entre os governantes de Ruanda, entre os que desejam fazer um acordo e compor um governo de coalizão (partidários de Habyarimana e membros das forças de ocupação) e o fanático e despótico clã Akaz, comandado por Aga-



the e seus irmãos. Habyarimana tergiver-sa, hesita, não sabe o que fazer e passa a ter cada vez menos influência no desenrolar dos acontecimentos. Em pouco tempo, a facção chauvinista do clã Akaz começa a ditar as regras do jogo. (...)

O clã tem seus ideólogos, intelectuais, estudiosos e professores de história e de filosofia da universidade de Ruanda, em Butare: Ferdinand Nahimana, Casimir Bazimungu, Leon Mugesira, entre outros. São eles os formuladores da teoria que justifica o genocídio como a única saída para a sobrevivência do clã (KAPUSCINSKI, 2002, p. 200).

(...) qual é, portanto, a única saída desse círculo maldito, aliás provocado pelos próprios hutus, como admite Mugesira numa autocrítica: “nós cometemos um erro fatal em 1959, ao permitir que os tutsis fugissem. Devíamos ter agido, tê-los eliminado da face da terra”. O professor acredita que chegou agora a derradeira chance de corrigir aquele erro. Os tutsis devem voltar à sua terra natal, nos confins do Nilo. Vamos manda-los para lá, conclama, “vivos ou mortos”. Aos olhos dos sábios de Butare, essa é a única saída, a solução final: alguém tem de desaparecer, deixar de existir para sempre (KAPUSCINSKI, 2002, p. 201).

Este era o clima vivido pela sociedade ruandesa entre os anos de 1990 a 1994. A Rádio Mille Collines e a Revista Kangura se constituíram em meios de difusão das ideologias que aludiam ao extermínio dos *tutsis*, de maneira que o medo da invasão das tropas da Frente Patriótica Ruandesa, somados ao ressentimento e ao ódio, funcionaram como “excelente” mecanismo de mortes em massa (FONSECA, 2018). Os assassinatos do então presidente ruandês, Juvenal Habyarimana, juntamente com o chefe de estado do Burundi, Cyprien Ntaryamira, foi o estopim para o massacre que marcou o século XX como o último “genocídio” vivido pela humanidade, episódio em que entre 800 mil a um milhão e duzentos mil ruandeses (*tutsis* e *hutus* moderados) foram assassinados sob as lâminas de machetes ou facões (PÉRIES; SERVENAY, 2007) comprados aos chineses, com dinheiro advindo dos cofres do governo francês (SITBON, 1998; SANTOS, 2014).

O avanço das tropas da FPR e a tomada de Kigali por estes fez com que os massacres perpetrados aos *tutsis* cessassem, e neste processo, pelo menos dois milhões de *hutus* fugiram para as fronteiras disponíveis, das quais o leste da RDC foi um dos espaços para aonde afluíram parte significativa destes fugitivos. Ora, imaginemos o encontro de os *Banyamulenges*, aqueles fugitivos dos episódios que marcaram a independência do Ruanda, e que há mais de três décadas já se encontravam nestas terras, juntamente com os que haviam chegado ainda no período anterior à Conferência de Berlim. Como reagiram à chegada destes novos visitantes? Enfim, é em meio ao processo de reorganização do governo e sociedade ruandesa, devastados pelo extermínio em massa de uma parte da sociedade, e pela fuga de *hutus*, em números consideráveis, que iremos ter novos conflitos, movidos por discursos e interesses resultantes destes eventos até aqui narrados.

As duas grandes guerras do Congo – 1996 a 1997 e 1998 a 2003

Com a vitória da FPR na guerra movida contra as tropas do então governo ruandês, os massacres perpetrados contra os *tutsis* cessaram, e mais uma vez a sociedade *banyarwanda* vai viver um contexto em que parte desta sociedade irá fugir sob receio da morte, resultante do histórico de intensa violência construída entre *tutsis* e *hutus*. Cerca de dois milhões de *hutus* saíram do Ruanda como refugiados, para se instalarem, sobretudo, em Kivu do Norte e Kivu do Sul. Em ambos espaços já haviam *tutsis*, alguns dos quais, fugitivos dos regimes de Kayibanda e Habyarimana, especialmente em Kivu do Norte. Em meio aos inúmeros homens e mulheres que fugiram das tropas da FPR, temerosos por suas vidas, encontravam-se extremistas do Poder *Hutu* que esperavam reorganizar suas forças para mover a guerra contra o governo ruandês, agora sob poder dos *tutsis*. E de fato estes não apenas se reorganizaram para isso, mas também para perpetrar ata-



ques contra os *tutsis* instalados em Kivu do Norte e Kivu do Sul.

Em decorrência da rearticulação de grupos *hutus*, tropas ruandesas começam a fazer incursões no território do outrora Zaire, e atual RDC, com vistas a desbaratar estas ameaças, e fazem-no agora sob o pretexto de perseguir criminosos e defender suas fronteiras. Os conflitos no leste do então Zaire recrudescem, e em 1996 tropas ruandesas, com apoio do Burundi, Uganda e Angola, iniciam a luta para promover a derrubada do então presidente Mobutu Sese Seko. Estas tropas reuniam uma articulação de grupos que faziam oposição ao governo do Zaire, denominada de Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire, e foram lideradas por Laurent Kabila. Estes eventos fazem parte da 1ª Guerra do Congo, que durou entre os anos de 1996 a 1997, e que resultaram na queda de Mobutu e na sua fuga de Kinshasa para Rabat, Marrocos. No ano seguinte, 1998, Laurent Kabila assume a presidência do país e muda o nome de Zaire para República Democrática do Congo (RDC). Neste mesmo ano, devido a fatores diversos, as relações entre Kinshasa e Kigali entram em crise, e Laurent Kabila inicia o processo de retirar do governo da agora RDC todos os *tutsis*, e no ano seguinte ordena a saída das tropas ruandesas do país, especialmente àquelas que estavam estacionadas na região leste, Kivu do Norte e Kivu do Sul.

Os conflitos no leste da RDC ganham novos contornos, pois agora há a autorização por parte de Laurent Kabila para que tropas *hutus* se organizassem na fronteira com o Ruanda. Os *hutus*, agora aliados do governo da RDC, fundam as Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), e com isto cria-se o estopim definitivo das relações com o Ruanda, que envia tropas para defender suas fronteiras. Os combatentes *tutsis* que constituíam o grosso dos soldados da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL – Congo), articulam o Reagrupamento Congolês para a Demo-

cracia (RCD), que contavam com apoio de Uganda e Ruanda, além de serem influenciados pelos dois países. Estavam dadas as condições para um novo conflito, desta vez mais letal do que o primeiro, e que será conhecido por 2ª Guerra do Congo, e terá duração entre os anos de 1998 a 2002, quando será oficialmente encerrada.

Nesta guerra, a mais letal desde a 2ª Guerra Mundial, a RDC contou com o apoio da Namíbia, Angola e Zimbábwe, que por sua vez lutaram contra as tropas do Ruanda, Uganda e Burundi, além de grupos armados que perfilaram de ambos os lados. A RDC contou com o apoio das Forças Democráticas pela Libertação de Ruanda (FDLR), além de grupos armados que estavam a serviço de senhores da guerra locais, envolvidos com o contrabando de minérios, sobretudo Coltan. Os *tutsis* nascidos na agora RDC estavam articulados no Reagrupamento Congolês para a Democracia (RCD), e ao longo da guerra se dividiram em duas partes, o Reagrupamento Congolês para a Democracia de Goma (RCD Goma), com maior influência do Ruanda; e Reagrupamento Congolês para a Democracia de Kisangani (RDC KML), voltados para Uganda. As tropas do RCD Goma conseguem aglutinar maior número de soldados, e por terem melhor treinamento, conseguem controlar a região leste e impor pesadas derrotas às Forças Armadas do Congo (FARDC) (BIHUZO, 2012; PEREIRA; AGUILAR, 2014).

A guerra foi encerrada em 2002, e com ela um verdadeiro desastre humanitário estava em cena, com aproximados sete milhões de mortos. Laurent Kabila foi assassinado em 2001, por um dos seus guarda-costas, e seu filho, Joseph Kabila, assumiu a presidência em seu lugar. Este, mediante o cenário de crise, assina o acordo de paz que foi dirigido pela África do Sul.

Movimento 23 de Março – breve história

Os *tutsis* do leste congolês possuem histórias de perseguições e de lutas por sua sobrevivência. Construíram suas vidas, empreenderam esforços e resistiram



aos ataques que sofreram dos demais povos que já viviam nas terras congolêsas, e que de certa forma não viam os recém-chegados com bons olhos. A constituição do Movimento 23 de Março, neste sentido, não pode ser compreendida como algo destituído de legitimidade e de substâncias que justifiquem sua criação e existência. A opção pelas armas não deveria ser uma saída plausível, em se tratando de uma sociedade que não vivesse em guerra, o que não é o caso desta em que estes homens e mulheres estão inseridos (STEARNS 2012). Nomeados por *Banyamulenges*, estas pessoas fizeram uso das armas como forma de garantir suas sobrevivências, bem como de se articularem com os vizinhos que os viam com bons olhos para o estabelecimento do contrabando dos minérios existentes nesta região. Conforme havia dito inicialmente, não há santidade nas relações humanas, e o M23 não foge à regra.

Como já dito, o Movimento 23 de Março é resultante do antigo Reagrupamento Congolês para a Democracia, que foi fundado em 1997. No ano seguinte o grupo passou a se nomear por RCD Goma, e em 2006 passou a se denominar Congresso Nacional de Defesa do Povo (CNDP). Em 2012 o CNDP se transformou em M23 (Movimento 23 de Março), em alusão aos acordos de 23 de março de 2009 que foram assinados em razão das tratativas para pôr fim ao conflito na região. O acordo previa a incorporação dos soldados do M23 ao exército nacional congolês, e a garantia de que as comunidades *tutsis* congolêsas seriam protegidas, o que sugere parte das razões de existência do movimento. O acordo não foi cumprido pelo governo congolês, o que em certa medida levou o agrupamento a incorporar inúmeros soldados das comunidades *tutsis* em seu exército, dotando-o de significativa força na região leste da RDC nos anos de 2012 e 2013. O M23 foi derrotado em 2013, numa operação conjunta entre tropas da ONU e as FARDC (DUARTE; CARVALHO, 2024).

O contexto desta operação entre tropas do exército nacional congolês e solda-

dos da ONU podem ajudar no entendimento de parte dos motivos que fizeram com que o M23 depusesse as armas, mas não deixasse de existir em seguida. As resoluções de conflitos em contextos análogos a este não podem ser movidas pelo uso exclusivo da força, como indica Duarte e Carvalho (2024). Sem discutir as motivações para a existência das rebeliões, construindo um arranjo pacífico para a superação da violência, o conflito tornará a existir e a guerra será o recurso para os grupos que não se veem representados nos engendramentos postos em cena:

Entende-se que a resolução de um conflito envolve transformação nas estruturas sociais que geram queixas e insatisfações que promovem a ascensão de grupos armados não estatais. Assim, sem tratamento das insatisfações e estabelecimento de um arranjo pacífico que promova a superação da violência, dificilmente haverá uma resolução efetiva do conflito (DUARTE; CARVALHO, 2024, p. 231).

Usar a força para sufocar os grupos dissidentes e não levar em conta as pautas pode se tornar uma escolha perigosa, e esta foi a questão principal para o contexto em discussão. O M23 exigia cidadania para os nascidos em solo congolês, além, evidentemente, de condições para que suas comunidades pudessem viver sem riscos de serem objeto de violências. O grupo em questão é formado e apoiado largamente pela comunidade tutsi, que possui proprietários de terras, empresários e militares. Ruanda também é um fator importante neste aspecto, posto que o país em questão possui interesses no usufruto dos recursos advindos com a venda do Coltan. Logo, o M23 possui as condições objetivas para que sua existência esteja garantida, de maneira que a deposição das armas foi substituída pela retomada da guerra contra o governo central da RDC.

O M23 ressurgiu em 2021, com nova ofensiva na região de Kivu do Norte e ainda neste ano lança nova campanha militar, conquistando o controle de grande parte da província de Kivu do Norte já em julho de 2023. O movimento, na medida em que



toma o controle das cidades, estabelece ações de governança, administrando a oferta de luz, água e internet, bem como as minas de Coltan das regiões controladas. Esta é a diferença entre um movimento dotado de um programa e de pautas substanciais, para os agrupamentos diversos existentes no leste da RDC. Em 27 de janeiro de 2025, o M23 assumiu o controle de Goma, capital de Kivu do Norte, que tem aproximadamente dois milhões de habitantes. A tomada de Bukavu, capital de Kivu do Sul, ocorreu também sob contexto de avanço das tropas do M23, e claro que estes movimentos geraram repercussão internacional.⁷ O avanço das tropas do M23 indica que seus soldados são bem treinados, e munidos de grande estratégia política, pois as conquistas militares são sucedidas pelo estabelecimento de ações de governança, de maneira que os cidadãos dos espaços conquistados não sintam a insegurança com a presença dos conquistadores e passem a apoiá-los. Isto mostra uma composição entre estratégia militar e ação política. Além disso, há também o usufruto dos recursos advindos com o contrabando do Coltan, e aqui é possível compreender as razões que levam Ruanda a apoiar o M23 (BERNARDES, 2019).

Aliás, o M23 foi recebido com festa em Goma. Os soldados repetiam a todo momento “somos congolezes”, o que em certa medida aponta para o enfraquecimento das acusações do governo da RDC, que proclama Ruanda como o financiador e apoiador do grupo rebelde. O avanço das tropas do M23 para Kivu do Sul também intranquiliza Burundi, que teme ter seu governo derrubado pela aliança entre M23 e Ruanda. Este é outro aspecto destes conflitos, no caso, a complexa e intrincada geopolítica presente neste contexto. Conforme Bihuzo:

Os conflitos no Kivu também se devem a poderosos factores externos. As milícias de oposição aos governos do Burundi, Ruanda e Uganda encontram-se sedia-

das no Kivu. Os governos destes países têm reagido aos ataques com o envio de tropas e a concessão de apoio às suas próprias milícias no leste da RDC, o que agrava a proliferação de grupos armados. Quase todo o comércio ilícito de minerais congolezes, que financia os grupos armados, transita pelo Burundi, Ruanda e Uganda (BIHUZO, 2012, p. 01-02).

Os interesses do Burundi, Ruanda, Uganda e dos demais países da Região dos Grandes Lagos não são movidos apenas na preocupação com suas fronteiras. Óbvio que Ruanda enxerga interesses na obtenção de Coltan, assim como Burundi e Uganda, mas há também aspectos relacionados com as possibilidades de aumento da influência no país vizinho, e na desarticulação de movimentos armados que podem em algum momento colocar em risco a ordem existente nestes países citados. Ora, no leste da RDC há em ação as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda – (FDPLR), integrado por *hutus* que fugiram do Ruanda em 1994. O Burundi também teme as ações dos grupos armados em oposição ao seu governo, e que se encontram em solo congolês, assim como Uganda observa e move combate ao Exército de Libertação do Senhor (LRA, em sua sigla em inglês). Temos aqui, portanto, interesses diversos que vão desde a obtenção de minérios, passando pela segurança das fronteiras, ao aniquilamento das forças de oposição que se movem com armas na mão em cenário tão complexo e intrincado.

A geopolítica em torno da guerra: Uganda, Burundi e Ruanda

Os ganhos financeiros com o contrabando do Coltan da RDC, especialmente Kivu do Norte, propicia a existência de milícias armadas, que no momento de guerra entre as FARDC e M23, lhes confere legitimidade em decorrência delas poderem ser usadas como aliadas estratégicas dos dois lados (M23 e RDC), mas também como “opção de defesa” para as comunidades locais. Os grupos de autodefesa, intitulados “Mai Mai”, foram constituídos no contexto da guerra, como forma de defender as co-

7. <https://www.rfi.fr>, acessado em 16/02/2025. <https://www.publico.pt>, acessado em 16/02/2025.



munidades que integravam tropas locais, como forma de garantir sua sobrevivência. Contudo, o interesse nos recursos advindos do Coltan constitui forte poder atrativo para que estes grupos façam opção pelo contrabando, o que mostra mais um elemento desta guerra. As fronteiras existem, e a defesa destas é um dos pontos que justifica a preocupação dos países vizinhos com os movimentos que ocorrem no leste da RDC. No entanto, a possibilidade de obtenção de recursos sob o escopo do contrabando é também outro aspecto em questão, aliado com a luta para destruir as oposições armadas, conforme já indicado.

O contrabando do Coltan é fator de desestabilização para os grupos armados que atuam em solo congolês, mas também funciona como agente dispersivo no seio das FARDC, posto que antes da presença efetiva do M23 em Kivu, já havia denúncias do envolvimento de militares de alta patente no tráfico deste mineral. Logo, os ganhos com os minérios existentes na região funcionam como motivação extra, além de componente a mais para pensar a complexidade do conflito.

Os problemas da geopolítica na região dos Grandes Lagos constituem outro fator a ser levado em conta no conflito, pois se o M23 é aliado do Ruanda, e tem em sua base soldados pertencentes ao que se nomeia por *tutsis* (ou *Banyamulenges*), as FARDC também fazem uso de milícias integradas por *hutus*, que outrora haviam tomado parte do governo ruandês de Habyarimana, e que foi derrubado pela FPR no episódio ocorrido em 1994. Acrescente-se a esta complexa tessitura o fato de que os países vizinhos são também arrastados para este conflito, a exemplo do Burundi, que tem um governo de maioria *hutu*, e que não possui boas relações com Ruanda. O Burundi, a medida em que vê o M23 marchar em direção para Kivu do Sul, oferece recursos e tropas para a RDC, como forma de evitar ter em suas fronteiras um exército que poderá desestabilizar seu governo. Burundi teme que Ruanda interfira para desestabilizar sua política interna.

Uganda, por razões diferentes, poderá ser arrastada ao conflito, posto que objetivo aniquilar o LRA, e ao mesmo tempo obter recursos com o contrabando de minérios. Neste sentido, a guerra movida por M23 contra a RDC não é apenas algo episódico e isolado.

O Coltan, neste sentido, se constitui em forte motivação para a continuidade da guerra, uma vez que o minério, maior responsável pela fabricação de celulares, notebooks, chips e outros aparatos tecnológicos, é objeto do interesse de empresas multinacionais, que certamente veem na guerra um recurso para obtenção do minério por um preço mais baixo. Não é de estranhar que tanto em Goma como nas demais cidades destas províncias se verifique a presença de representantes das empresas que fabricam os telefones celulares mais vendidos atualmente. A composição entre interesses destas empresas, e dos países vizinhos às fronteiras da República Democrática do Congo constituem a tônica de um enredo de difícil solução.

Algumas breves considerações

A guerra existe e ceifa vidas. Suas motivações são múltiplas e os interesses diversos, de modo que o leste da RDC se constitua atualmente em cenário para atuação de mais de cem grupos armados. Atuam em território congolês as oposições armadas ao atual governo ruandês, mas também forças que se opõem ao regime de Uganda e do Burundi. Há também os grupos resultantes dos conflitos ocorridos no Ruanda, dos quais o M23 é de maior magnitude. Justificado por pautas justas, o M23 é também objeto do interesse do Ruanda, que reconhece no grupo simpatias por sua constituição, e por servir como meio para garantir recursos ao regime de Paul Kagame.

O fato mais preocupante de todo este processo reside nas vidas dos homens e mulheres que vivem nestas terras. A todo momento são cobiçados ora como soldados para integrar os grupos armados, ora como braços para extrair o Coltan das mi-



nas. Suas vidas, por óbvio, não devem valer muito em contextos como estes, mas ao que parece, elas são muito pequenas diante dos celulares modernos que cobizamos comprar, de maneira que possamos fazer registros dos momentos felizes de nossas vidas. Pouco importa que por trás disto haja o sangue de um jovem congolês, pois isso não é nada mediante um celular que tire boas fotos, ou de um notebook em que escrevemos artigos semelhantes a este, afinal de contas, sempre há quem pague um preço alto, desde que seja o outro desconhecido e distante de nós. Triste vida destas pessoas que nasceram em solo tão rico.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BERNARDES, Marina Nunes; MAIA, Nathália Pavam. O Estado Africano, o conflito político na República Democrática do Congo e as suas projeções de desenvolvimento. **Conjuntura Internacional**, v. 16, n. 02, p. 41-50, 2019.

BIHUZO, Rigobert Mihani. Processo Inacabado: Um Quadro para Restabelecer a Paz na Região dos Grandes Lagos. **Centro de Estudos Estratégicos de África**. Resumo de Segurança em África, n. 21, 2012.

BRUNSWCHWIG, Henri. **A partilha da África negra.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. Hutu e Tutsi no Ruanda e no Burundi. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs). **Pelos meandros da etnia. Etnias, tribalismo e estado em África.** Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014, p. 125-157.

DUARTE, Geraldine Rosas; CARVALHO, Letícia. Operações de estabilização e prolongamento dos conflitos armados: estudo de caso do retorno do M23 na República Democrática do Congo. Araucaria. **Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, vol. 26, n. 55, p. 227-250, 2024.

FONSECA, Danilo F. Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. **Cadernos de História**, vol. 17, p. 221-250, 2016.

FONSECA, Danilo Ferreira. Publicando o ódio: a revista Kangura e a Guerra Civil Ruandesa. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 01, n. 02, p. 8-20, 2018.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005.

KAPUSCINSKI, Ryszard. Ébano. Minha vida na África. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Volume I.** Mem Martins: Publicações Europa- América, 2009.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Representações da África. Novas Interpretações.** Recife: Bagaço, 2018.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri; VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e a sua expansão. In: FASI, El Mohammed; HRBEK, Ivan (Org). **História Geral da África, Vol. III – África do século VII ao XI.** Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 169 – 195.

MACKENZIE, J. M. **A Partilha da África. 1880 – 1900.** São Paulo: Ática, 1994.

MANDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers. Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda.** New Jersey: Princeton University Press, 2002.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, vol. 23, n.1, p. 171-209, 2001.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias).** Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MEDINA, Jesús Sordo. **El Genocidio de Ruanda.** Buenos Aires: Edição do autor, 2014.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. O Genocídio em Ruanda e a Inércia da Comunidade Internacional. **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 02, n. 02, p. 300-328, 2013.



MUDIMBE, V. Y. **A ideia de África**. Luanda (Angola): Edições Mulemba; Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo, 2013a.

MUDIMBE, V. Y. **A Invenção de África: Gnose. Filosofia e a Ordem de Conhecimento**. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013b.

MUKASONGA, Scholastique. **A Mulher de Pés Descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017b.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Nossa Senhora do Nilo**. São Paulo: Editora Nós, 2017a.

NOTEN, F. Van; COHEN, D.; MARET, P. de. A África central. In: MOKHTAR, Gamal (Org). **História Geral da África, Vol. II – A África antiga**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 691-712.

NTANYOMA, Delphin Rukumbuzi. Under the shadow of violence: are the Banyamulenge experiencing a slow genocide? **The International Journal of Human Rights**, janeiro de 2025.

OGOT, Bethwell Allan. A região dos Grandes Lagos. In: NIANE, D. T. (Org.). **História Geral da África, vol. IV – A África do século XII ao século XVI**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 559-590.

OLIVEIRA, Elias Chinguli Nunes de. **A geopolítica do conflito étnico na região dos Grandes Lagos**. Luanda: Editorial Nzila, 2005.

PEREIRA, Letícia; AGUILAR, Sérgio L. C. Congo – A atual dinâmica do conflito e a rendição do M23. Série **Conflitos Internacionais**, n. 02 – Abril de 2014.

PÉRIES, Gabriel; SERVENAY, David. **Una guerra negra. Investigación sobre los Orígenes del genocídio ruandés (1959–1994)**. Buenos Aires: Prometeo Libros; EDUNTREF, 2007.

SANTOS, Alexandre dos. Ruanda: as chagas (ainda) abertas de uma nação. In: GONÇALVES, Jonuel. **África no Mundo Contemporâneo. Estruturas e Relações**.

Rio de Janeiro: Garamond; Luanda: Mayamba, 2014, p. 313-351.

SILVA Igor Castellano da. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI / Cebrafrica / UFRGS, 2012.

SILVA, Igor Castellano da; DIALLO, Mamadou Alpha. Nova crise nos Grandes Lagos da África Central: O surgimento da segunda guerra mundial africana? **Revista Conjuntura Austral**, vol. 04, n. 15-16, p. 22-31, Dez 2012 – Mar, 2013.

SITBON, Michel. **Ruanda. Um genocídio na consciência**. Lisboa: Edições Dinosauro, 1998.

STEARNS, Jason. **Du CNDP au M23. Évolution d'un mouvement armé dans l'est du Congo**. London: Intype Libra Ltd, 2012.

USANOV, Artur et al. Coltan mining in the DRC. 2013a. Coltan, Congo & Conflict: Polinares Case Study. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep12571.7>. Acesso em: 13 nov. 2024

USANOV, Artur et al. Key facts and figures about coltan and tantalum. 2013b. Coltan, Congo & Conflict: Polinares Case Study. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep12571.5>. Acesso em: 13 nov. 2024.

VALENZOLA, Renato Henrique. Congo: desordem, interesses e conflito. **Conflitos Internacionais**, vol. 02, n. 04, agosto de 2015.

VANSINA, Jan. **Kingdoms of the Savanna**. London: The University of Wisconsin Press, 1966.

VANSINA, Jan. **Le Rwanda ancien. Le royaume nyiginya**. Paris: Éditions Karthala, 2012.

VANSINA, Jan. Oral tradition as History. London: The University of Wisconsin Press, 1985.

VERWEIJEN, Judith et al. **Mayhem in the mountains: how violent conflict on the Hauts Plateaux of South Kivu escalated**. 2021. Insecure Livelihoods Series.



Disponível em: <https://www.gicnetwork.be/mayhem-in-the-mountains>. Acesso em: 13 nov. 2024.

VIDAL, Claudine. Conjunturas Étnicas no Ruanda. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs). **Pelos meandros da etnia. Etnias, tribalismo e estado em África**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2014, p. 159 – 174.

ZAMPARONI, Valdemir Donizete. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Ciência e Cultura (SBPC)**, v. 59, 2, p. 46-49, 2007.

ZAMPARONI, Valdemir Donizete. Estudos Africanos no Brasil: Veredas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 04, n.05, p. 105-124, 1995.

-----//-----

Abstract: This article aims to discuss the war in the eastern region of the Democratic Republic of Congo (DRC) and how its origins are associated with the events that took place in the troubled context of Rwanda, particularly between 1959 and 1994. Refugees identified as Tutsis, fleeing Rwanda after the Hutu revolution of 1959, settled in various neighboring regions, especially in eastern Congo, where they joined those already present, descendants of people who arrived in these lands before the 1880s. These individuals constitute what is known in the DRC as “Banyamulenges.” After the Rwandan Patriotic Front took power in Rwanda, the refugee movement shifted to Hutus, some of whom were linked to the former Rwandan government, reigniting old rivalries. Additionally, the discovery of Coltan deposits and its increasing use in the chip, cell phone, laptop, and other technological industries are part of this complex context. Thus, the war involves disputes over control of Coltan mines and migratory flows from Rwanda, resulting from the political contexts of the second half of the 20th century. Methodologically, this article relies on specific bibliographic review, combined with the analysis of content available on websites and documentary analysis.

Key words: Democratic Republic of Congo; Rwanda; 23 March Movement; Coltan; North Kivu.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la guerra en la región oriental de la República Democrática del Congo (RDC) y cómo sus orígenes están asociados a los eventos ocurridos en el contexto turbulento de Ruanda, particularmente entre 1959 y 1994. Refugiados identificados como tutsis, que huyeron de Ruanda tras la revolución hutu de

1959, se establecieron en varias regiones vecinas, especialmente en el este del Congo, donde se unieron a quienes ya estaban presentes, descendientes de personas que llegaron a estas tierras antes de la década de 1880. Estas personas constituyen lo que en la RDC se denomina “Banyamulenges”. Después de que el Frente Patriótico Ruandés tomara el poder en Ruanda, el movimiento de refugiados pasó a ser protagonizado por hutus, algunos vinculados al antiguo gobierno ruandés, lo que reavivó viejas rivalidades. Además, el descubrimiento de yacimientos de coltán y su creciente uso en las industrias de chips, teléfonos móviles, portátiles y otros dispositivos tecnológicos forman parte de este complejo contexto. Así, la guerra implica disputas por el control de las minas de coltán y los flujos migratorios desde Ruanda, resultantes de los contextos políticos de la segunda mitad del siglo XX. Metodológicamente, este artículo se basa en una revisión bibliográfica específica, combinada con el análisis de contenido disponible en sitios web y análisis documental.

Palabras clave: República Democrática del Congo; Ruanda; Movimiento 23 de Marzo; Coltán; Kivu del Norte.

Recebido em: 08 de novembro de 2024.

Aceito em: 05 de dezembro de 2024.